

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IAPEN - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARÇA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2024.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 8:30 (oito e trinta) horas, no auditório da autarquia, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do IAPEN Srs. Erasmo Hideaki Kaihatu, Fabio Henrique Maximiano da Silva, Francisco Ferreira dos Santos, Liliana Burneiko Leite Martins, Luiz Roberto Lopes de Souza, Pedro José Frasson, Zilda Marques da Costa Miranda, o Conselheiro e membro do comitê de investimentos Paulo Victor do Amaral de Souza, o conselheiro suplente Odair Krugner, e os membros do Comitê de Investimentos Srs. José Nildo Moreira Tavares, José Roberto Carvalho e Marcelo Batista Assis, ausente o conselheiro Rafael de Oliveira Mathias. Presente também, o Diretor Superintendente e Presidente do Comitê de Investimentos Sr. Eduardo Rosa, o qual tem voz, mas não tem direito a voto nas decisões do Conselho de Administração. O presidente do Conselho Sr. Pedro José Frasson, constatando a existência de número legal de conselheiros, declarou aberta a reunião, e solicitou a secretária a leitura da ata da reunião ordinária anterior, realizada no dia 16 de outubro 2024, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta foi apresentado o balancete das receitas e despesas do mês de outubro, que apresentou um total de receitas de R\$ 3.315.352,29, sendo que desse valor, R\$ 1.407.325,22 corresponde a realização de ganhos em decorrência de resgates de investimentos ocorridos no mês, ocorreram ainda pagamentos de despesas orçamentárias no total de R\$ 2.240.672,24, gerando resultado positivo de R\$ 1.074.680,05 para o período. O Superintendente informou o aporte para cobertura da insuficiência financeira, não é considerado para essa apuração. Em seguida foram apresentados os "Demonstrativos de Receitas e Despesas do Fundo Financeiro" do mês de outubro, sendo que as receitas totalizaram R\$ 688.187,68, o aporte por insuficiência financeira foi de R\$ 531.181,81, as despesas totalizaram R\$ 1.208.823,17 e ocorreu o pagamento da trigésima parcela do acordo do Processo nº 1002092-15.2020.8.26.0201, no valor de R\$ 37.596,63, apurando um déficit R\$ 27.050,31 para o mês. O Superintendente informou que não recebeu a compensação previdenciária do RGPS no mês outubro em decorrência de problemas com a Certidão Negativa de Débitos do Município com a Receita Federal, porém a situação já foi resolvida e o valor foi repassado no quinto dia útil de novembro, e lembrou que conforme previsto no Artigo 81 da Lei Complementar nº 88 de 11 de outubro de 2022 "§ 1º, sempre que ocorrer déficit financeiro entre a arrecadação das receitas do Fundo Financeiro e o valor gasto com os benefícios previdenciários e demais despesas de responsabilidade do fundo, a cobertura será de responsabilidade dos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, repassada mensalmente na proporção dos proventos de aposentadorias e

pensões decorrentes de cada órgão ou entidade.", as quais estão sendo cumpridas rigorosamente, mantendo em dia todas as obrigações do fundo financeiro, encerrando o mês de outubro com um saldo em caixa de R\$ 243.779,42. Em seguida foram apresentados os "Demonstrativos das Despesas Administrativas" do mês de outubro, sendo que as receitas totalizaram R\$ 93.047,80 e despesas de R\$ 92.072,11, gerando um superavit de R\$ 975,69 para o período. O Superintendente informou que continuam em dia todas as obrigações da despesa administrativa, e o fundo encerrou o mês de outubro com um saldo em caixa de R\$ 111.107,00. Quanto aos "Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário", no mês de outubro as receitas totalizaram R\$ 1.282.484,32 e as despesas R\$ 1.099.514,19, resultando em um superávit de R\$ 182.970,13 para o período. Superintendente informou que o superavit do mês foi gerado pelo aporte atuarial no valor de R\$ 182.068,27, e lembrou que o fundo também não recebeu a compensação previdenciária do RGPS no mês. Na sequência foi apresentado o Boletim Financeiro de 31 de outubro, que apresenta um saldo em conta corrente de R\$ 200,00 e saldo em aplicações financeiras de R\$ 193.643.575,48, acompanhado dos extratos que registram os saldos e retorno dos investimentos no mês. Quanto ao retorno dos investimentos no mês, o Superintendente informou que o resultado foi positivo, e de acordo com o balancete, o demonstrativo da contabilidade e o relatório da consultoria, totalizou R\$ 1.624.705,73, que corresponde à 0,85%, contra uma meta de rentabilidade de 1,01% para o período, o IPCA do mês foi de 0,56%, a renda fixa apresentou retorno positivo de R\$ 1.282.757,40 que corresponde a 0,83%, sendo que o CDI apresentou 0,93%, o IDKA IPCA 2A 0,81%, o IDKA Pré 2A 0,11%, o IRF-M 0,21%, o IRF-M1 0,84%, o IMA-B5 0,74%, o Ima-Geral 0,38%, o IMA-B -0,65% e o IMA-B5+ -1,66%, Superintendente informou que, novamente, nenhum índice da renda fixa alcançou a meta atuarial no mês, porém os fundos "BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2025 RESP LIMITADA FIF..." com 1,16%, "CAIXA BRASIL 2025 X TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA..." com 1,15% e o fundo "CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA" com 1,06% atingiram a meta, sendo que esses fundos alocam cerca de 14,3 milhões que representa 7,40% da carteira. Na renda variável o retorno foi negativo em R\$ 247.289,22, que corresponde a -0,89%, o Ibovespa apresentou resultado de -1,60%, o IDIV -1,72% e o IFIX -3,06% no período, apenas os fundos "CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL FI AÇÕES" com 3,17% e "BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES" com 0,88%, apresentaram retorno positivo no mês, os piores desempenhos ficaram com os fundos "CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11" com -6,68% e "BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII - BRCR11" com -7,83%. Quanto aos investimentos no exterior, voltaram a apresentar um ótimo resultado, totalizando R\$ 589.237,55, que corresponde a 4,62%, sendo o "CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I" apresentou retorno de 5,92%, inferior ao seu benchmark (Global BDRX 6,02%), "SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO" apresentou retorno de 4,42%, superior ao seu ao

benchmark (MSCI WORLD 3,89%), e o "SCHRODER SUSTENTABILIDADE GLOBAIS USD IS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES" com retorno de 2,17% inferior ao seu ao benchmark (MSCI ACWI 3,63%). Quanto à rentabilidade acumulada no ano, com o resultado do mês totalizou R\$ 13.265.581,31, que corresponde à 7,40%, inferior à meta atuarial acumulada de 8,27%. Na renda fixa o retorno foi positivo em R\$ 11.104.931,31, que corresponde a 7,89%. O CDI acumulou 8,99%, o IDKA IPCA 2A 5,86%, o IDKA Pré 2A 3,33%, o IRF-M 4,12%, o IRF-M1 8,08%, o IMA-B5 6,08%, o Ima-Geral 5,39%, o IMA-B 0,16% e o IMA-B5+ negativo em 4,23%. O Superintendente informou que, no acumulado do ano, na renda fixa, apenas o CDI conseguiu superar a meta atuarial. Na renda variável, o retorno acumulado no ano continua negativo, e totaliza - R\$ 1.711.499,34, que corresponde a - 6,22%, o Ibovespa acumulou - 3,33%, o IDIV 2,45% e o IFIX - 3,22% no ano. Quanto aos investimentos no exterior, no acumulado do ano o resultado está positivo em R\$ 3.872.149,34, que corresponde a 40,90%, sendo o Global BDRX com 50,50%, o MSCI WORLD com 37,33%, e o MSCI ACWI 36,62%, sendo o único segmento que todos os índices estão superando a meta atuarial até o momento. O Superintendente informou que o retorno acumulado no ano, até o mês de outubro, chegou a 89,48% da meta atuarial, informações que podem ser verificadas nos relatórios da consultoria "Relatório Analítico dos Investimentos em outubro de 2024", e acrescentou que conforme pode ser verificado nos relatórios, não existe nenhum desenquadramento na carteira de investimentos. Em seguida foi apresentado o Boletim Financeiro do dia 19 de novembro, que registra o saldo total de R\$ 193.488.849,95, sendo um saldo em conta corrente de R\$ 200,00, e um saldo em aplicações financeiras de R\$ 193.448.649,95, destes R\$ 37.536,27 pertencem ao Fundo Financeiro, R\$ 129.383,66 ao Fundo de Administração e R\$ 193.281.730,02 ao Fundo Previdenciário. O Superintendente informou que no corrente mês o resultado dos investimentos está positivo, porém de acordo com o relatório de acompanhamento diário da consultoria o retorno acumulado, até o dia 18, corresponde à apenas 0,24%, a Renda Variável está negativa em 1,50%, com o Ibovespa acumulando - 1,50%, o IDIV - 0,58%, e o IFIX - 1,48%. A renda fixa apresenta retorno positivo de 0,42%, com o IRF-M1 acumulando 0,37%, o CDI 0,46%, o IRF-M - 0,03%, o IMA-B5 em 0,37%, o IMA-B5+ 0,71%, o IMA-B 0,57%, o IMA-GERAL em 0,38%, o IDKA Pré 2A negativo em 0,37% e o IDKA IPCA 2A positivo em 0,22%, quanto aos investimentos no exterior o retorno está positivo em 1,45%, o Global BDRX apresenta 1,80%, o MSCI WORLD 0,87% e o MSCI ACWI 1,25%. Considerando a expectativa de mais um aumento 0,50% na Selic agora no mês de novembro, que já está em 11,25%, podendo chegar a 13,50% em 2025, situação onde os títulos prefixados como o IRF-M e IRF-M1 sofrem desvalorização, considerando que o desempenho desses índices se apresentam inferiores ao CDI tanto no mês, quanto no acumulado do ano, considerando ainda, que o cenário de alta da Selic tende a favorecer o desempenho do CDI, foi proposto pelo Superintendente que os cupons de juros dos fundos de vértices com vencimentos ímpares, liberados no último dia

19 seja reaplicados no CDI das próprias instituições, sendo cerca de 340 mil no Banco do Brasil e 530 mil na Caixa Econômica Federal, a proposta já havia sido apresentada antecipadamente ao comitê de investimentos, que se manifestou favorável, e com base nas justificativas, bem como, na aprovação do comitê de investimentos, os membros do conselho de administração, também, se posicionaram favoráveis. Quanto as receitas do mês, decidiu que continuam sendo aplicadas no fundo CDI, bem como os resgates necessários para pagamentos das despesas mensais. Quanto ao processo PMG x IAPEN o Superintendente informou que no mês de outubro foi realizado o pagamento da trigésima primeira parcela do acordo firmado, no valor de R\$ 37.950,87, a qual foi atualizada pelo IPCA do mês de setembro de 0,44%, mais 0,50% de juros conforme previsto no artigo 196A do Código Tributário Municipal. Na sequência o Superintendente apresentou a solicitação de suplementação de dotação no valor total de R\$ 815.500,00, sendo R\$ 21.500,00 para o Fundo de Administração, distribuídas da seguinte forma: R\$ 1.500,00 para Obrigações Patronais e R\$ 20.000,00 para Obrigações Tributárias e Contributivas (PASEP); R\$ 481.000,00 para o Fundo Financeiro distribuídas da seguinte forma: R\$ 450.000,00 Aposentadorias, R\$ 28.000,00 Sentenças Judiciais e R\$ 3.000,00 Compensação Previdenciária; e R\$ 313.000,00 para o Fundo Previdenciário distribuídas da seguinte forma: R\$ 220.000,00 para Pensões e R\$ 93.000,00 para Sentenças Judiciais. O Superintendente esclareceu que as suplementações para aposentadorias e pensões são necessárias em virtude do reajuste de 15% aplicado para os ocupantes de cargos de Professor de Educação Básica conforme Lei Complementar 111/2024, quanto as suplementações para Sentenças Judiciais são necessárias pois, parte dos valores previstos no orçamento foi utilizado para pagamento de RPVs no decorrer do exercício, e em relação ao PASEP em razão da arrecadação estar acima do previsto no orçamento. Com base nas justificativas apresentadas a proposta foi aprovada conforme Resolução nº 142/2024. Em seguida o Superintendente informou que em relação a Avaliação Atuarial base dez/2024, foi indicado a taxa de juros de 5,24%, sendo taxa parâmetro de 4,94% em relação a duração do passivo, com acréscimo de 0,30% em decorrência dos períodos em que a rentabilidade superou a meta atuarial nos últimos 5 anos. Quanto ao "CRP" que venceu em 13/11, o Superintendente informou que ocorreu a renovação automática pela terceira vez consecutiva, estando válido até 12/05/2025. O superintendente informou ainda que no último dia 19, recebeu a solicitação de prorrogação, por mais 120 dias, da permissão de uso a título gratuito, da sobreloja do prédio, para funcionamento do Conselho Tutelar, com a justificativa de que a nova equipe de gestão possa tomar as decisões pertinentes quanto as dependências do Conselho Tutelar. Colocado em votação os conselheiros presentes concordaram com a prorrogação, sendo mantidas as condições já estabelecidas, porém solicitaram que assim que a nova equipe de gestão tome posse, seja solicitado um posicionamento oficial, uma vez que as informações relatam que as obras na sede do Conselho estão paradas. Na sequência o Superintendente e Presidente de Comitê de Investimentos fez uma breve explanação da política de investimentos para o

exercício de 2025, que foi elaborada em conjunto com o Comitê de Investimentos e com a assessoria da Consultoria Crédito & Mercado, destacou que, para as expectativas de mercado para o ano de 2025, foram utilizados os índices do Relatório Focus do Banco Central que estima o IPCA em 3,97%, o IGPM em 4,00%, a Meta da Taxa Selic em 10,75%, a Taxa de Câmbio a R\$ 5,35, e o crescimento do PIB em 1,92%. A "alocação de recursos" foi ajustada para manter em regra os percentuais da atual carteira de investimentos, bem como permitir movimentações estratégicas e defensivas, sendo que no segmento de renda fixa, no artigo "7º I a Títulos Públicos" foi fixado a estratégia alvo de 0% e estabelecido o limite inferior de 0% e limite superior de 30%, no artigo "7º I b - FI 100% Títulos TN", estratégia alvo de 36,50%, com limite inferior de 25% e limite superior de 75%, em termos de valores, isso permite a redução para 48 milhões ou o aumento até 145 milhões sem desenquadramento, ou seja, se necessário migrar os recursos do artigo "7º III a - FI Referenciados RF" (CDI) onde, hoje, temos pouco mais de 78 milhões, no artigo "7º III a - FI Referenciados RF" estabelecido a estratégia alvo de 40,50%, com limite inferior de 25% e limite superior de 60%, isso possibilita a redução para 48 milhões ou aumento até 116 milhões sem desenquadramento, no artigo "7º IV - Renda Fixa de emissão bancária" estabelecido limite superior de 10%, em valores podendo chegar a cerca de 19 milhões, no artigo "7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior" estabelecido a estratégia alvo de 0,25%, com limite superior de 5% e no artigo "7º V b - FI Renda Fixa Crédito Privado" estabelecido a estratégia alvo de 2,75% e limite superior de 5%, estabelecendo assim, na renda fixa uma estratégia alvo de 80% dos recursos. Quanto a renda variável foi estabelecido uma estratégia alvo de 15%, limite inferior de 6% e limite superior de 30%, sendo que no artigo "8º I - FI de Ações" estratégia alvo 14,60% com limite inferior de 6% e limite superior de 20%, em valores podendo alocar de 11,6 a 38,7 milhões, no artigo "8º II - ETF - Índice de Ações" limite superior de 10% em valores até 19,4 milhões, no artigo "10º I - FI Multimercado" limite superior de até 5% em valores 9,7 milhões, no artigo "10º II - FI em Participações" estratégia alvo de 0,15% e limite superior de 5%, no artigo "10º III - FI Mercado de Acesso" limite superior de 2,5%, e no artigo "11º - FI Imobiliário" estratégia alvo de 0,25% e limite superior de 2,5%. Já os investimentos no exterior onde podemos investir somente no artigo "9º III - Ações - BDR Nível I", sendo estabelecido a estratégia alvo de 5% (posição atual dos artigos "9º III - Ações - BDR Nível I" e "9º II - Constituídos no Brasil") e limite superior de 10%, em valores permite alocar até 19,4 milhões, o Superintendente acrescentou que foram definidos os mesmos critérios para a "alocação estratégica para os próximos cinco anos". Quanto ao "perfil do investidor", devido a não realização da certificação do "Pro Gestão" estamos classificados como "investidor comum", para elaboração da minuta foi considerado o saldo dos investimentos de R\$ 193.643.575,48, referente ao mês de outubro de 2024, finalizando o Superintendente lembrou que, a alocação dos investimentos poderá ser alterada por proposta do Comitê, e com aprovação do Conselho de Administração. Debatida a questão, já que era



do conhecimento prévio dos membros do Conselho de Administração, a Política de Investimentos para o exercício de 2025 foi aprovada, e será assinada pelos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Investimentos e pelo representante legal do IAPEN, e encaminhada ao Chefe do Poder Executivo como Representante do Ente. Para encerrar o Superintendente informou que recebeu no dia 14 de novembro o relatório da fiscalização do Tribunal de Contas, referente ao Balanço Geral do Exercício de 2023, e que nos próximos dias estarão sendo apresentadas as devidas justificativas, o relatório foi disponibilizado aos conselheiros e também estará sendo disponibilizado na página do Instituto. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar, foi por mim Zilda Marques da Costa Miranda (Zilda Marques da Costa Miranda) secretária, redigida, que será digitada e impressa, e após lida e aprovada, assinada pelos presentes.



A collection of handwritten signatures in blue ink. The signatures are stylized and vary in size and orientation. Some are written over printed text, while others are standalone. The names are not clearly legible due to the cursive style.



A small, simple handwritten mark or signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.